

Natureza – vida – ambiente: diversas histórias

*José Maurício Manguiera Viana**

*Rosa Cristina Monteiro***

Evitar qualquer pertinência: fugir não só de todos os grupos de pressão, mas também de qualquer disciplina científica definida, de um campus local e erudito na batalha global e societária ou de um entrenchamento setorial dentro do debate científico. Nem mestre, portanto, nem sobretudo discípulo.

Michel Serres

Apresentação

O presente artigo tem por objetivo indicar as transformações das sensibilidades históricas para uma dimensão da realidade a qual designamos hoje *ambiente*. O texto reflete a interação entre referências bibliográficas e análises de diferentes matrizes disciplinares, com ênfase nos textos de história.

O trajeto do estudo é o de uma arqueologia do saber que focaliza de início a história natural do século XVIII, a partir da elaboração do *Sistema de Classificação das Espécies*, por Carl Lineo; o percurso da exposição atravessa em seguida as empiricidades do século XIX, divididas em torno das questões da vida, do trabalho e da linguagem, para chegar à reflexão sobre os movimentos da história do século XX, sobretudo certos sentidos de novas histórias. Por último levantamos alguns complexos cognitivos com os quais adentramos no século XXI.

A primeira inspiração, marco inaugural desta elaboração, encontra-se no trabalho de Michel Foucault, *As Palavras e as Coisas*. A este livro, seguem-se obras de outros autores, cuja leitura nos permitiu formar a urdidura da trama argumentativa do texto, entre os quais destacam-se: Georges Canguilhem, Maria Luisa Pratt e Jacques Le Goff.

1 - A virada epistemológica do século XVIII: história natural

* Psicólogo (UFRJ), Mestre em Psicologia Social (UFRJ), Dr. em Psicologia – Produção de Subjetividade (PUC/SP). Professor Adjunto IV (UFS) mauriciomanguiera@infonet.com.br

** Psicóloga (UFRJ), Mestre em Psicologia Social (ISOP/FGV), PhD em Ciências Sociais (CPDA/UFRRJ). Professora Adjunto IV (UFRRJ) rosacris@ufrj.br.

Andamos per hy veendo a rribeira a qual he de mujta agoa e mujto boa. Ao longo dela há mujtas palmas nõ muito altas em que há mujto boos palmjtos. Colhemos e comemos deles mujtos. Entã tornou-se ocapitã perabaixo peraaboca do rrio onde desembarcamos e aalem do rrio amdaũ mujtos deles dançando e folgando huus ante outros sem se tomarem pelas mãos e faziãno bem.

Pero Vaz de Caminha

È possível localizar na produção européia, a partir do século XVI, o desenvolvimento e a expansão de um gênero literário reconhecido como *narrativa de viagem*: a partir das expedições exploradoras e colonizadoras, certos escritores contavam seus encontros com outros povos e outras coisas.

Em princípio estes escritos seguiam as tradições da literatura de sobrevivência, da descrição cívica ou da narrativa de navegação. Apesar de importantes modificações entre os séculos XVI e XVII, até a metade do século XVIII eles eram caracterizados por entrelaçar os temas das dificuldades e perigos atravessados, com as maravilhas e curiosidades vistas, como observa a canadense Mary Louise Pratt^{xxx}.

Um marco importante neste gênero de literatura e formação de documentos foi a produção escrita de uma viagem iniciada em 1735, dirigida por um físico francês e conduzida por um matemático, com o objetivo de resolver palpitantes questões empíricas da época: “*era a Terra uma esfera, como afirmava a geografia cartesiana (francesa), ou era, como havia pressuposto Newton (que era inglês) um esferóide achatado nos polos?*”^{xxxii}. A expedição ficou conhecida pelo nome de um geógrafo sobrevivente, Charles de La Condamine, responsável por um grande número de escritos baseados em suas viagens pela América. Esta produção é importante em dois sentidos: por um lado, representa o início de uma época em que as expedições internacionais adquiriram um caráter científico cada vez mais marcado pela *exploração e documentação das terras interiores*.^{xxxiii} Por outro lado, apesar de ser orientada por uma perspectiva científica, a produção escrita nesta expedição reuniu uma variedade de estilos, repetindo muitas das características dos relatos de viagens de períodos anteriores. “*Na narrativa de La Condamine se recria, com todas as suas associações míticas, a dramática narrativa das expedições do século XVI na região.*”^{xxxiii} Na altura da segunda metade do século XVIII, as narrativas de viagens apresentam um ponto de inflexão importante, caracterizando-se pela diminuição das crônicas dos encontros pessoais e dos efeitos subjetivos destes encontros e o acréscimo de “*lentas páginas de refinada “literatura da natureza.*”^{xxxiv}

Um dos acontecimentos mais importantes para a arqueologia dos saberes, no tempo que separa estes dois modos de narrar, foi a elaboração, por Carl Lineo, do *Sistema de Classificação da Espécies*, em 1753.

O *Sistema* representou uma ruptura paradigmática de grande alcance, inaugurando um solo epistemológico que tornou possível a formação da História Natural: uma ciência que procura já *definir a autonomia da natureza*.^{xxxv}

Os escritores que viajavam agora com as expedições científicas eram principalmente cientistas orientados pelo projeto de completar o quadro composto pela *ordem dos seres*.^{xxxvi} Tratava-se, para eles, de *observar e documentar a geografia, a flora e a fauna*.^{xxxvii}

Nas narrativas de viagens dos escritores Lineanos “se descreve a paisagem como desabitada, despossuída, não historicizada, desocupado mesmo pelos viajantes. A atividade de descrever a geografia e identificar flora e fauna estruturam uma narrativa associal em que a presença humana, européia ou africana, é absolutamente marginal”.^{xxxviii}

Uma análise das implicações sociais e das relações de poder envolvidas na transição entre dois modos de narrar os encontros e as conquistas européias sobre as novas terras “descobertas” é brilhantemente analisada em *Ojos Imperiales*, de Maria Luisa Pratt.^{xxxix} Contudo, não seguiremos este caminho, porque para nossos propósitos, o que convém compreender é a reconfiguração do campo dos saberes, inaugurado pela História Natural.

Em princípio, pode-se pensar esta mudança apenas como o início de uma trajetória em que os pesquisadores abandonariam progressivamente a visão antropocêntrica da natureza para adotar uma posição propriamente “naturalista”. Tratar-se-ia então de um aperfeiçoamento científico, no sentido de maior objetividade, maior exatidão na pesquisa, maior rigor no raciocínio.^{xl}

Assim analisa o historiador inglês Keith Thomas, em seu livro *O Homem e o Mundo Natural*:

O que é importante saber quanto aos primeiros naturalistas modernos é o fato de terem desenvolvido uma nova maneira de olhar para as coisas, um sistema novo de classificação segundo traços mais imparciais, mais objetivo e menos antropocêntricos que os do passado [...] . Por volta de 1800, tornara-se possível considerar as plantas e animais a uma luz bastante diversa da antropocêntrica, que marcara as fases precedentes.^{xli}

Nesta historiografia feita a partir da Inglaterra, *O Sistema de Classificação das Espécies*, de Lineo, é situado em um contínuo que tem início no século anterior, com os trabalhos de John Ray e Francis Willoughby, que teriam emancipado o naturalismo das dimensões humanas e sociais que impregnavam as descrições anteriores de plantas e animais.

Omitimos totalmente [escrevia Ray em 1678] o que encontramos em outros autores com relação a [...] hieróglifos, emblemas, imagens morais, fábulas, presságios, ou seja o que for que diga respeito a divindades, ética, gramática, ou qualquer sorte de ensinamento

humano; e apresentamos [...] tão só o que efetivamente se relaciona com a história natural^{xliii}.

O trabalho lineano^{xliiii} representaria aí um ponto do percurso progressivo que faria com que, no século XIX, a natureza se transformasse em um objeto de estudo totalmente separado do domínio social. “*Tratava-se [no sistema lineano] de um sistema artificial, baseado, quanto às plantas, no número, situação e proporção dos elementos de frutificação, estames e pistilos [...] A partir de 1810, aproximadamente, o sistema lineano foi cedendo lugar a outros esquemas mais ‘naturais’.*”^{xliv}

Contrariando frontalmente esta leitura da história das Histórias, Michel Foucault aponta para uma outra compreensão a respeito do significado do *Sistema de Classificação das Espécies* e certos trabalhos que lhe são posteriores, na constituição dos saberes; trata-se aí do surgimento da *natureza* como plano de representação, onde os seres são coordenados em um sistema de variáveis, submetidos a uma ordem ou uma *mathesis universalis*^{xlv}:

Não se deve ver na constituição da história natural, com o clima empírico em que se desenvolve, a experiência forçando, bem ou mal, o acesso de um conhecimento que espiava alhures a verdade da natureza; a história natural [...] é o espaço aberto na representação por uma análise que se antecipa à possibilidade de nomear; é a possibilidade de *ver* o que se poderá *dizer*, mas que não se poderia dizer depois, nem ver à distância se as coisas e as palavras, distintas umas das outras, não se comunicassem entre si logo de início em uma representação^{xlvi}.

Operou-se aí então uma separação entre a observação, o documento e a fábula – separação entre o signo e a coisa dando origem a um *campo novo de visibilidade* a partir do qual se organizaram novos espaços que passariam a servir de documentos a um outro fazer histórico: herbários, coleções, jardins.

Muitas vezes se diz que a constituição dos jardins botânicos e das coleções zoológicas traduzia uma nova curiosidade pelas plantas e animais exóticos. Efectivamente, havia muito já que estes tinham suscitado interesse. O que mudou foi o espaço onde eles podem ser vistos e onde se pode descrevê-los. Na Renascença, a singularidade do animal era um espetáculo; ele figurava nas festas, nos torneios, nos combates fictícios ou reais, em reconstituições lendárias, onde quer que o bestiário desenrolasse as sua fábulas intemporais. O gabinete de história natural e o jardim, tal como se apresentam na época clássica, substituem o desfile circular do ‘mostuário’ pela exposição das coisas em ‘quadro’. O que se nos depara ao passar daqueles teatros para este catálogo não é o desejo de saber mas uma nova maneira de vincular as coisas simultaneamente ao olhar e ao discurso. **Uma nova maneira de fazer história**^{xlvii}.

Desde uma certa perspectiva, é possível afirmar que a História já existia muito antes do empreendimento da história natural. Contudo, o que é importante, como nos lembra Canguilhem^{xlviii}, não é a existência da palavra, mas o conceito veiculado através dela. Fazer história no século XVI era submeter-se a uma ordem de saber que misturava lendas, observações empíricas,

semelhanças observáveis, utilização etc, etc. Cada ser estava enredado em uma trama inextricável, o que fazia da sua história, ou *histórias*, um emaranhado de discursos e saberes quase infindáveis. A natureza era legenda: coisas para serem lidas e interpretadas ao infinito, já que o infinito era Deus e ele havia escrito o mundo. Conhecer um animal ou uma planta ou qualquer coisa da terra era recolher tudo que fora colocado nelas ou sobre elas desde antes da queda.

Esse mundo único de conexões aos poucos foi sendo esquecido e criticado, e no seu lugar instaurou-se um mundo dividido, separado, mudo, onde o homem passou a configurar-se solitário, no interior de um mundo desconhecido. A natureza adquiriu uma nova significação, separada do homem. As coisas não mais se conectavam, não mais se comunicavam. A natureza isolou-se e separou-se da linguagem do seu criador, possuindo sua forma particular. Cabia, então, aos estudiosos, aos cientistas, descrever esse mundo bem como revelar suas leis de funcionamento ou ao filósofo, como o fez Descarte, restaurar os princípios primeiros do conhecimento a partir de suas próprias reflexões. De Deus, a natureza manteve sua perfeição e simplicidade. A natureza possuía leis, impostas por Deus no início da criação, mas já não mais sofrendo interferência divina.. Tratou-se, evidentemente, de esquecer a tradição e instaurar novos parâmetros de conhecimento e verdade: início do que se convencionou chamar, uns, pensamento clássico, outros, pensamento moderno.

O período clássico funda-se no espaço da representação. Mas a história natural situa-se nas margens do espaço do quadro das classificações. Ela é a ciência dos caracteres que articulam a continuidade da natureza e a sua ordenação. A bem da verdade, o conceito dessa história não comportava a existência do tempo, enquanto força externa e construtora e destruidora das coisas. A gênese se encontrava no interior de quadros definidos.

2 – As empiricidades do século XIX: da história natural à história.

Nada direi a respeito dos meios de colheita. São atrasados e morosos, incompletos e de tradição patriarcal. Seria difícil empregar novos métodos e novas máquinas, atendendo ao seu alto preço. Além disso, quem as manteria?

Dá-se o mesmo com os trabalhos da usina. A ciência faculty engenhos de potência e precisão que trabalhariam melhor e mais depressa. Mas é forçoso não pensar neles. Que seria do negro?

O negro, eis a chaga da lavoura. Produz mal e produz pouco. Se houvesse braços como em outros tempos, o exército faria milagres e nada sofreriam as culturas. Contudo, desde a abolição do tráfico, as oficinas enfraqueceram. O rebanho só se renova a

peso de ouro, e os trabalhadores escasseiam a terra. Se quiserdes, fugindo à tradição rotineira, aplicar as energias industriais, as forças mecânicas, será necessário pedir à ciência, às indústrias, aos ofícios seus agentes profissionais. Em tais operações, que faríeis do negro?

Ele não sabe, não tem interesse em saber. Mesmo que fosse capaz, ninguém lhe confiaria certas forças, ao mesmo tempo delicadas e poderosas.

Há, pois, uma barreira. Como transpô-la? Para isso, só aponto dois meios, dois expedientes, dois remédios. Penetrar ousadamente nos caminhos da ciência, experimentando os métodos superiores já por ela fixados, e transformar a oficina, com seus costumes e suas disciplinas.

Ora, isso importa, ao mesmo tempo, numa evolução científica e numa revolução social, duas coisas que se corrigem dificilmente.

Charles Ribeyrolles

No final do século XVIII e início do século XIX, o cenário dos saberes encontrou-se mais uma vez em grande efervescência e mutação, resultando daí uma mudança de significação das ciências naturais: os conceitos de natureza e de história se modificaram, e o domínio do saber que se tornou fundamental foi constituído pela irrupção dos valores da *vida* e do *trabalho*, da *biologia* e da *produção*.

No domínio das ciências naturais, o princípio de classificação que operou nos séculos XVII e XVIII a comparação, no *espaço*, das estruturas visíveis - visando estabelecer um quadro da natureza, *Taxinomia universalis* - deu lugar a princípios mais invisíveis, profundos, que organizariam os caracteres visíveis.

A partir do século XIX, o mais importante no conhecimento dos seres vivos deixou de ser suas estruturas visíveis, para se tornar as relações entre as funções e os órgãos. Desse modo, emergiu uma noção que iria perdurar até a atualidade, e que impregnaria todo o pensamento a respeito do sujeito e do próprio pensar: a noção de vida. Como nos diz Foucault:

Compreende-se nestas condições como a noção de vida veio tornar-se indispensável à orientação dos seres naturais. Tornou-se ela indispensável por duas razões: em primeiro lugar era necessário poder apreender na profundidade do corpo as relações que ligam os órgãos superficiais àqueles cuja existência e forma oculta asseguram as funções essenciais;...em segundo, o carácter retoma o seu velho papel de sinal visível apontando

para a profundidade oculta; mas o que ele indica não é um texto secreto, uma palavra implícita ou uma semelhança demasiado preciosa para ser exposta; é o conjunto coerente de uma organização que retoma na trama única da sua soberania tanto o visível como o invisível^{xlix}.

Os corpos vivos foram então concebidos com uma profundidade, empírica e imanente, distante do maquinismo cartesiano e da classificação lineana. Esta alteração repercutiu nas concepções a respeito da natureza, e no seu interior, da natureza do homem, da natureza física, do próprio conhecimento e do pensamento. O corpo humano passou a ser pensado no domínio da vida: o sujeito se viu imerso no tempo da sua formação e o estatuto do pensamento envolveu-se no interior do orgânico.

Neste movimento de final do século XVIII e início do XIX, o homem surgiu como natureza biológica, inserido no tempo e no espaço, comportando origem e transformações. Deste modo, aos poucos, o corpo foi tomando a forma de um organismo empírico, vivo, histórico e complexo.

Se nos séculos XVII e XVIII o conhecimento estava assentado numa *Ordem* que abria o caminho para as identidades e diferenças visíveis e sucessivas distribuídas num *Espaço* - Espaço da Representação - a partir do século XIX foi o *tempo*, com seu fluxo e sua atividade, que passou a ser o fator ou fundo murmurante, a partir do qual e no qual elementos empíricos adquiriam sua forma e o pensador almejava apreendê-los.

A partir do século XIX o tempo se colocou para além do espaço, com outra natureza, influenciando outras naturezas. Podemos dizer que o século XIX abriu as portas do tempo, ou que o tempo abriu-se no século XIX.

Se até então o tempo era um dos componentes do mundo, a partir desse momento passou a ser o principal fenômeno a ser pensado.

Deixemos mais clara essa transformação, analisando o tema do sujeito de conhecimento. Esse tema, como sabemos, tornou-se central na produção da sociedade capitalista. O pensador-filósofo, enquanto *sujeito privilegiado de pensamento que busca a verdade* se configurou, no século XX, como um homem qualquer, isto é, com uma existência situada, que comporta origem histórica e desenvolvimentos. O sujeito do conhecimento, epistêmico - que até então se postulava como fundamento, como "*núcleo central de todo conhecimento, como aquilo em que, e a partir de que, a liberdade se revelava e a verdade podia eclodir*"^l, passou a dividir o mesmo cômodo com um sujeito constituído, datado e incerto da vida.

Mais ainda que dividir sua morada tornou-se ele próprio o Outro que se queria excluído. A separação irreduzível dos dois sujeitos, o epistêmico e o passional, pretendida e imposta desde Descartes, perdeu força e adquiriu nova configuração, pois o que era excluído através das estruturas observadas do visível representacional passou a fazer parte de uma organização de múltiplos órgãos e funções, constitutivo de todo e qualquer ser vivo.

O homem tornou-se objeto de conhecimento cuja característica básica é de ser vivo e cuja atividade de conhecimento, bem como a atividade passional, fazem parte de uma mesma arquitetura biológica que era preciso esclarecer. Desse modo, desconfiou-se que o pensamento, assim como a consciência ou qualquer outra especificidade humana, faz parte da ordem do vivo. O espírito aos poucos se tornou orgânico e terrestre.

Nisso, o sujeito de conhecimento fechou-se num círculo vicioso, qual seja: o sujeito que pretende conhecer pensa com processos que lhe são desconhecidos, que foram formados num tempo/espaço que o ultrapassam e que fazem parte da sua própria constituição e vontade enquanto sujeito de conhecimento. A purificação desse sujeito foi questionada. Não há verdades ou conhecimentos imparciais, pensamentos imparciais advindos de uma razão ou consciência pura que seria apenas uma casca adaptativa.

Datado e especializado, o novo sujeito, com suas idéias, paixões, hábitos subordina-se a ordens, sejam elas produtos pertencentes ao devir do cosmos, da terra ou da própria humanidade.

A história ganhou vida e as reflexões sobre o tempo - principalmente o passado para entender o presente - passaram a ocupar uma posição privilegiada para o pensamento que pretende conhecer.

As idéias, pouco a pouco, foram envolvidas numa vida, que quer viver ou sobreviver, num território existencial em que têm que *lutar* e *trabalhar*, e numa ordem de linguagem em que têm que *significar* e se *comunicar*. O sujeito foi transformado em objeto de conhecimento. Ele renasceu como sujeito da *vida*, da *história*, do *trabalho*, da *existência* ou da *linguagem*.

Podemos nos valer mais uma vez da literatura produzida pelos viajantes para compreender esta significativa alteração epistêmica e societal caracterizada pela entrada em cena destes *quase-transcendentais*^{li}, que são: a vida, o trabalho e a linguagem.

Interessa sobretudo resgatar a transformação da ordem da “natureza” em dinâmica social – ruptura da *mathesis universalis*.

A onda de viajantes que percorreu a América a partir da segunda década do século XIX já não estava orientada para o preenchimento de um quadro que inclina “*todos os homens e com eles as coisas, os animais, cada ser vivo ou inerte, e até os rostos mais calmos da terra*”^{lii}.

Assim nos conta Pratt, a propósito dos documentos produzidos pelos escritores da vanguarda capitalista: “nesta literatura, a natureza não explorada é vista como molesta e feia; e seu estado primeiro é considerado como uma falta de espírito empreendedor”. Por exemplo:

Para o francês Gaspar Mollien (*Travels in the Republic of Colombia, 1824*), a natureza virgem era aborrecida e indecifrável. [...] se discorre sobre o bosque como um sítio não de densidade, mas sim de ausência de significação. A beleza se encontra, em troca, nas paisagens domesticadas, parecidas às de sua França natal^{liii}.

Deste modo:

As formas de vida baseadas na subsistência, os sistemas de intercâmbio não monetários e as economias regionais auto-suficientes são um insulto para o capitalismo expansivo, que trata de destruí-los onde quer que os encontre: O miolo do discurso capitalista era claro: América deveria transformar-se em um cenário de trabalho e eficiência; sua população colonial devia deixar de ser uma massa amorfa venal e indolente, carente de ambição, hierarquia, bom gosto e dinheiro, para converter-se em mão de obra assalariada e em mercado para bens de consumo metropolitanos^{liv}.

Do início ao fim do século XIX, a unidade de uma grande história lisa, uniforme, foi fraturada pela descoberta de uma historicidade própria à natureza; [...] mais ainda, foi possível mostrar que as atividades tão particularmente humanas, como o trabalho e a linguagem possuíam, em si mesmas, uma historicidade que não podia encontrar-se na grande narrativa comum às coisas e aos homens: a produção tem modos de desenvolvimento, o capital modos de acumulação, os preços leis de oscilação e de mudança que não podem ajustar-se às leis naturais nem reduzir-se à marcha geral da humanidade^{lv}.

Assim constituídas historicidades próprias a cada domínio do saber, a história do Homem mudou de sentido. No entrecruzamento de histórias que lhe são alheias, a História se essencializa e o Homem comparece como sujeito de História “*mediante a sobreposição da história dos seres, da história das coisas, da história das palavras*”^{lvi}.

Ainda soberano na epistémé do século XX, o “humano” só irá se atomizar na aurora do século XXI.

3 – Histórias do século XX: história e ambiente

Entre os Gregos, questionava-se e pelejava-se amiudamente. Porém as guerras eram insignificantes. Muito sensatamente, respeitavam os tempos da cultura e das sementeiras. Parecia que nas suas lutas, nas suas empresas e nas suas emboscadas, visavam apenas à glória de ser destros e, mais do que nenhuma outra coisa, rir do inimigo.

Do que eles gostavam era de aprisionar e de receber o resgate. Não faziam escravos dos seus prisioneiros. Não sabiam em que haveriam de os empregar. A sua vida, de uma grande simplicidade, a sua agricultura tão pouco complicada (na maior parte limitadas aos olivedos e às pastagens) não tinha escravos. O escravo do interior, empregado nos serviços sociais, parecia a eles intolerável. Seria para eles um suplício ter sempre junto de si o inimigo, um vulto sombrio e

mudo, uma permanente maldição. Eis o motivo porque se faziam servir pelos filhos.

Michelet

A passagem ao profundo reconfigura o campo do fazer histórico, inaugurando a perspectiva que irá dominar no século XX.

No trabalho antecipador de Michelet, Le Goff identifica A recusa de uma história essencialmente política e a aspiração a uma história total e profunda.^{lvii} Esta passagem pode ser analisada, segundo Le Goff, já no Prefácio de 1869 da *História da França*.

Ela tinha anais, não uma história. Homens eminentes haviam-na estudado sobretudo do ponto de vista político. Ninguém penetrava no infinito do detalhe dos diversos desenvolvimentos de sua atividade (religiosa, econômica, artística, etc.). Ninguém ainda a havia abarcado com o olhar da unidade viva dos elementos naturais e geográficos que a constituíram. Fui o primeiro a vê-lo como uma alma e uma pessoa. Mais complicado ainda, mais assustador, era meu problema histórico colocado como *ressurreição da vida integral*, não em suas superfícies, mas em seus organismos internos e profundos. Em resumo, a história tal como eu a via nesses homens eminentes (e vários admiráveis) que a representavam, ainda me parecia fraca em seus dois métodos: pouquíssimo material, levando em conta raças, não o solo, o clima, os alimentos, tantas circunstâncias físicas e fisiológicas. Pouquíssimo espiritual, falando das leis, dos atos políticos, não das idéias, dos hábitos, não do grande movimento progressista, interno, da alma nacional^{lviii}.

Em alguns outros autores do início do século XIX, este solo profundo que arrasta as mudanças visíveis, o objeto central da história, comparecia na idéia de civilização. É assim que Le Goff (1990) situa o trabalho de Guizot na primeira lição de seu *Curso de história moderna: história da civilização na Europa, desde a queda do Império Romano até à Revolução Francesa*, datado de 1828.

Peguem todos os fatos de que se compõe a história de um povo, que acostumamos a considerar como elementos de sua vida; peguem suas instituições, seu comércio, sua indústria, suas guerras, todos os detalhes do seu governo; quando queremos considerar estes fatos em seu conjunto, em sua ligação, quando queremos apreciá-los, julgá-los, o que perguntamos a eles? Perguntamos-lhes em que contribuíram para a civilização desse povo, que papel desempenharam nela, que influência tiveram, que influência exerceram... Qual é, pois, senhores, pergunto, qual é antes de empreender a sua história e considerando-o unicamente em si mesmo, esse fato tão grave, tão amplo, tão precioso, que parece o resumo, a expressão da vida inteira dos povos? ... desde há muito, e em muitos países, utiliza-se a palavra civilização: vinculam-se a ela idéias mais ou menos nítidas, mais ou menos amplas; mas, enfim, as pessoas utilizam-na e se entendem. É o sentido dessa palavra, seu sentido geral, humanos, popular, que é preciso estudar^{lix}.

Se Guizot trabalhou com a idéia de civilização associada à idéia de progresso, Le Goff não deixa de situar também neste historiador a contextualização de um trabalho que enfim se concretizará em uma história que

se abrirá para campos insuspeitados até então, organizados a partir dos trabalhos pioneiros de Marc Bloch e Lucien Febre.

Não vamos seguir este amplo movimento que aparece tão bem exposto por Jacques Le Goff em sua *História Nova*^{lx}. Pontuaremos, no entanto, que este movimento foi, em primeiro lugar, uma proposição de transição de uma história política e diplomática, para uma história econômica e social, e que, a partir das três últimas décadas do século XX, passou a assimilar trabalhos e conceitos que promovem interseções disciplinares que nos convém seguir analisando.

Na nova história que se seguiu à Febre e Bloch, os problemas relativos à dimensão biológica comparecem nos estudos braudelianos das estruturas.

A estrutura, ou antes, as estruturas, porque, na linguagem dos historiadores essa palavra só existe no plural – são fenômenos geográficos, ecológicos, técnicos, econômicos, sociais, políticos, culturais, psicológicos, que permanecem constantes durante um longo período ou que só evoluem de maneira quase imperceptível^{lxi}.

É ainda no contexto de uma história estrutural, de ruptura com uma história elitista, que o meio ambiente comparece como objeto.

Dá o aparecimento de trabalhos que não são monografias de regiões ou de cidades, mas estudos que focalizam fenômenos históricos bastante gerais, a rigor universais, isto é, tal como se manifestam, de uma forma ou de outra, em toda sociedade humana, ainda que, por razões práticas, seja necessário apreendê-los num espaço delimitado e durante um período dado, mesmo que longo. Tal é o caso dos trabalhos de Jean Mouvret, sobre o problema das substâncias, na França, no tempo de Luis XIV, de Jean-Noël Biraben sobre a história da peste, de Philip Ariès, sobre a sexualidade, de Jean Lebrun, Michel Vovelle e ainda Philip Ariès sobre a morte, e de toda uma série de pesquisa em curso, que têm por objeto o meio ambiente e as modificações que nele se produzem em decorrência das atividades humanas^{lxii}.

As relações da história com a biologia tornam-se evidentes:

Alimentação, sexualidade, as atitudes em relação ao corpo, à morte, às doenças: interessando-se por tais fenômenos, os historiadores estudam, de fato, as reações dos homens a injunções naturais. A história começa, assim, a estabelecer vínculos com a biologia; pode-se prever, parece, que eles se tornarão cada vez maiores nos anos vindouros. Pois o que a biologia pode proporcionar à história são os resultados de pesquisas sobre essa fonte extraordinariamente rica e, até agora desprezada pelos historiadores, devido à sua incompetência, que é o corpo humano. Assim, estudando os marcadores sanguíneos, a hematotipologia ‘ pode identificar um indivíduo por seu hematótipo (conjunto dos fatores que possui); e uma população por uma série de frequências gênicas. Por essas marcações, torna-se possível conhecer a composição genética dos grupos humanos, seguir sua evolução, descobrir o sentido e a importância das trocas (e, portanto, da mestiçagem) entre grupos vizinhos, reconhecer as migrações, classificar as populações de acordo com sua proximidade genética’ [...] Uma verdadeira história biológica ainda permanece uma intenção. Porém, acumulam-se materiais que, um dia, talvez permitam fazê-la^{lxiii}.

Mas é ainda sobre o HOMEM que incidem estes estudos e toma-se esta orientação na história.

Com a história da produção da cultura material, a nova história faz alianças que nos permitem entrever com bastante nitidez o surgimento do ambiente como problema da história.

Em seus primeiros passos, a história da produção da cultura material foi uma história de inspiração marxista.

Encontra-se na obra de Marx um convite à construção de uma história das condições materiais da evolução das sociedades. Marx deseja uma história crítica da tecnologia, porque ele não dissocia o estudo dos meios de trabalho do homem no processo de produção do estudo da própria produção. E as relações que o homem mantém com a natureza pertencem à análise marxista, do mesmo modo que as relações do homem com o homem^{lxiv}.

Na continuação, a história da produção material é uma história que indica uma aliança entre os diversos objetos separados das ciências.

a bibliografia da história da cultura material já conta com alguns livros que abordam, cada um deles, um setor particular: 'Histórias do clima desde o ano 1000', 'Atlas das plantas alimentícias', 'O comedor do século XIX', 'A casa na história', 'O vestuário, imagem do homem', sem falar das obras consagradas à história das técnicas...^{lxv}

As últimas décadas do século XX assistiram à eclosão de um movimento nas regiões de fronteiras epistêmicas, colocando em perspectiva uma auto-designada "história ambiental".

O movimento foi notável a partir dos Estados Unidos e o trabalho pioneiro de Frederic Turner, *O espírito ocidental contra a natureza – mito, história e as terras selvagens*, dá uma idéia do motor desta nova historiografia, que, paradoxalmente, imagina destruir a atividade mesma do historiador:

O assunto sobre o qual eu queria escrever era minha forte sensação – arrisco a chamá-la de visão – de que a verdadeira estória da vinda da civilização européia para as terras selvagens do mundo é uma estória espiritual. Para mim, trata-se da estória de uma civilização que tinha substituído o mito pela história como fonte de entender a vida. Foi exatamente esta substituição que permitiu aos europeus explorar os lugares mais remotos do planeta, colonizá-los e impor seus valores às populações nativas.

[...] Eu sabia que tanto os Lakota quanto os Cheyenne consideravam sagradas as montanhas Black Hills, cujos contornos eu via a distância a oeste, mas eu sabia também que a crença na sacralidade da terra não faz parte da minha herança cultural. Era mais do que geográfica a distância que eu sentí. Estava vendo Black Hills. Eu estava numa região da América aborígene. Mas a história me alienava daquelas montanhas^{lxvi}.

Do trabalho de Turner até agora, a autodenominada história ambiental passou por re-elaborações e, já nos anos 90 seus principais autores a definiam assim: "seu objetivo principal se tornou aprofundar nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente

natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados^{lxvii}.

A história ambiental avança pela reorganização de documentos que, envolvidos por novas preocupações, dão margem a interpretações alternativas da História.

Há, contudo, um aspecto da historiografia que convém realçar e que aqui repetimos ainda nas palavras de Donald Woster:

Em termos bem simples, portanto, a história ambiental trata do papel e do lugar da natureza na vida humana. **Há um consenso de que “natureza” designa o mundo não-humano, o mundo do que nós não criamos originalmente. O ‘ambiente social’, o cenário no qual os humanos interagem uns com os outros na ausência da natureza, fica portanto excluído.** Excluído também fica o ambiente construído ou fabricado, aquele conjunto de coisas feitas pelos homens e que podem ser tão ubíquas a ponto de formar um torno deles uma espécie de ‘segunda natureza’^{lxviii}.

A proposição feita neste parágrafo perde clareza quando algumas linhas adiante, no mesmo artigo, o autor enumera os três níveis de análise sob os quais se realiza certa história ambiental no presente:

Há três níveis em que a nova história funciona, três conjuntos de questões que ela enfrenta (embora não necessariamente na mesma pesquisa), três grupos de perguntas que ela procura responder, cada um deles exigindo contribuições de outras disciplinas e aplicando métodos especiais de análise. O primeiro trata do entendimento da natureza propriamente dita, tal como se organizou e funcionou no passado; [...]. O segundo nível da história ambiental introduz o domínio sócio-econômico na medida em que este interage com o ambiente. [...] Por fim, formando um terceiro nível de análise para o historiador vem aquele tipo de interação mais intangível e exclusivamente humano, puramente mental ou intelectual, no qual percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza^{lxix}.

O embaralhamento dos códigos no final do século XX nos constrange ainda.

Em sendo pouco provável que uma historiografia consistente possa ser elaborada nesta tensão entre uma definição nostálgica de natureza, aparentada às noções pré-modernas, e a confusão holística de alguns pós-modernismos, certamente é imperioso fazer uma avaliação da relação homem-ambiente, através da elaboração de novas filosofias.

Apontamos para a necessidade de redimensionar o “ambiente”, tratando-o como conceito que emerge *a partir* das proposições da natureza, da vida, do trabalho e da linguagem, não sendo, contudo, *identificado* com qualquer destes construtos. Trata-se de um construto que tem significado próprio.

4 – Histórias e historiadores: ambientes associados

We live in a world populated by structures – a complex mixture of geological, biological, social and linguistic constructions that are nothing but accumulations of material shaped and hardened by history.

Manuel de Landa

O estatuto do pensador e do conhecimento enquanto atividade começa a oscilar entre dois eixos: o eixo da razão limpa e purificada - asséptica, almejanse de máxima imparcialidade, para além da sua situação terrena -, para a qual instaura a necessidade de construções teórico-conceituais, teórico-sistematizadoras, modelos paradigmáticos e ambientes correspondentes; e o eixo da razão contaminada, que assim se afirma e se pretende, no interior das dimensões do tempo e agora das circunstâncias, o *ambiente*.

A partir do século XIX, a emergência do *tempo* - enquanto elemento criador e destruidor inerente aos seres, incluindo, bem entendido, o próprio pensador e seus conteúdos de pensamento - é contemporânea do desejo de se pôr termo ou domesticar esse mesmo *tempo*. O possível ocaso da História se fez principalmente através das idéias de progresso, do futuro das revoluções e das utopias, nas quais também partilham pensamentos causalistas, continuístas, finalistas e escatológicos.

Não podendo livrar-se da História, o conhecimento científico, para permanecer com seus princípios, teve que sufocar a potência desestabilizadora do tempo. Para tanto, fez com que ele se subordinasse ao *espaço*^{lxx}.

O *espaço*, sobre o qual assentava-se a vontade de conhecimento clássico, não foi eliminado. Ao contrário, guarda todas as suas forças e permanece como suporte para o pensamento que visa estabelecer o conhecimento. Eliminar o *tempo* na sua especificidade, reduzi-lo ao *espaço*...

Toda a arquitetura do pensar estava armada para um *tipo de pensamento* que se debruça sobre as coisas com o objetivo de apreendê-las na sua imobilidade, comparabilidade, mensurabilidade e previsibilidade. O que é semelhante considerar o *Tempo* como dominado por um começo, meio e fim.^{lxxi}

No interior dessa abertura, que faz com que o agora cientista se veja imerso no tempo da sua própria constituição e destruição, torna-se evidente a configuração de dois tipos de pensamento: um que nega o tempo, distanciando-se, e outro que o acolhe, proximamente.

Por um lado, encontramos um pensamento formado na esteira da tradição que se projeta sobre os diversos corpos, procurando estabelecer conhecimentos acerca da sua natureza, levando em consideração sua

temporalidade e espacialidade, buscando neles o que escapa da ação dissipadora do *tempo*. A característica básica deste tipo de pensamento é querer ser eliminado, ausente, neutro no seu exercício. Ele dá origem às diversas vertentes das ciências, ou mais radicalmente, de todo pensamento que quer conhecer, comentar, analisar, visando revelar a verdade do seu objeto.

Por outro lado, vemos emergir um outro tipo de pensamento que se debruça sobre si na imanência do próprio pensador - na medida em que traz em si uma contra-natureza que o leva ao seu próprio desdobrar -, não negando seu caráter temporal e circunstancial, afirmando-se como potência criadora. Deste modo, revela-se como pensamento interessado que não nega seu caráter de apropriação e criação. Se ainda se pretende um exercício de pensamento que visa o conhecimento de algo, ou melhor, se se pretende debruçar-se *sobre* algo, é para revelar as forças que o levam a possuir uma ordem, uma natureza. O empreendimento do saber é em primeiro lugar uma genealogia do poder.

O tempo agora se torna soberano e tudo é histórico, inclusive o espaço. É neste embate que se polarizam as ciências da natureza e as ciências humanas. Polaridade que ainda é nossa. Esta polaridade aparece clara no interior da geografia, ciência do espaço terrestre, campo importante para nossa reflexão. Seus fundadores, nas primeiras décadas do século XIX, Ritter e Humboldt, estabeleceram que era necessário articular as descrições de uma parte do espaço com a do conjunto do planeta. Na sua *Geografia geral comparada, ou Ciência da Terra em suas relações com a natureza e a história do homem*^{lxxii}, Ritter afirma que a história humana é ininteligível sem a relação do homem com o solo e em todo solo. A terra é o suporte estável dos destinos humanos. Foi este o momento em que o espaço da terra passou a ser objeto de conhecimento, não só geológico, mas também sociológico e biológico. Humboldt, com sua obra *Kosmos*^{lxxiii}, fundador da geografia botânica e da geografia zoológica, uniu uma geografia geral com uma geografia regional. Os temas a serem pesquisados são clássicos - relevo; clima; vegetação, rios; etc. - desmembramentos tirados da história natural. O meio físico vem antes do meio humano.

Com sua obra *Antropogeografia e Politische Geographie*, Friedrich Ratzel criou o conceito de espaço vital (*Lebensraum*), influenciando todo o pensamento geográfico do século XX..

No início do século XX, Vidal de la Blanche, tentou se desvencilhar de Ratzel e criou a geografia francesa, introduzindo a idéia das descrições regionais aprofundadas, mas separa claramente uma geografia humana e uma geografia física. Definiu a geografia como a ciência dos lugares e não a dos homens. Elaborou o conceito de “homem-habitante”, expulsando o homem trabalhador para fora das reflexões da geografia.

Colocando o trabalho como elemento constitutivo dos valores e das trocas Adam Smith, por seu lado, no final do XVIII, início do XIX, revelava essa dimensão do humano que se tornou central nas discussões entre natureza física, orgânica e humana.

O homem, ao mesmo tempo em que se revelou natureza viva, revelou-se também de natureza social (social definido como sendo o “em torno” de sua própria produção).

O ambiente é uma emergência recente assim como o homem psicológico e sociológico foi invenção do século XIX

No que diz respeito à natureza do ser vivo, se no início do XIX, Lamarck, seguindo Buffon dizia: “o tempo e as circunstâncias favoráveis fazem pouco a pouco o ser vivo”, no seu final Uexküll inverteu a relação ao afirmar que *o tempo e as circunstâncias favoráveis são relativos a cada ser vivo*. O conceito de Umwelt introduzido por Uexküll é importante, pois nos coloca no interior da questão de saber se o vivo é máquina ou maquinista. Para ele o vivente não é uma máquina que responde às excitações com movimentos, mas maquinista que responde a signos. *A Umwelt de um animal não é outra coisa que um meio ambiente centrado na relação com valores vitais do sujeito*. Não é demais repetir o exemplo dado por ele, a respeito da Umwelt do carrapato. O carrapato se desenvolve necessitando do sangue quente dos mamíferos. Depois de fecundada, a fêmea adulta sobe até a extremidade de uma árvore e fica a esperar. Pode esperar 18 anos. Quando um mamífero passa sob a árvore, esta se deixa cair. O que a guia é o odor de manteiga rançosa que emana das glândulas cutâneas do animal. Trata-se de um único excitante que coloca em ação o movimento de queda. Este é o primeiro tempo. Depois que cai fixa-se no animal. Se artificialmente se produz um odor disparador em uma mesa, o carrapato não permanece nela, mas sobe de novo ao seu posto de espera. O que a fixa no animal é seu sangue quente. Guiada pelo tato, procura um lugar sem pêlo. Somente quando seu estômago está cheio de sangue é que seus ovos se rompem, amadurecem e se desenvolvem. Deste modo, o carrapato pode demorar 18 anos para cumprir sua função reprodutora. Tal exemplo revela como as circunstâncias favoráveis são relativas a cada ser vivo

No final do século XIX a teoria mendeliana da hereditariedade trouxe elementos importantes para a história da relação ser vivo/meio ambiente. Sua teoria tendeu a moderar as ambições humanas de dominação integral da natureza e as possibilidades de alteração intencional das espécies vivas^{lxxiv}.

O determinismo genético, por outro lado, foi novamente tensionado pela crítica de H. Muller, a partir dos experimentos com drosófilas e com as experiências de cultivo de plantas.

No extremo das discussões entre geneticistas e ambientalistas chega-se a afirmar “que as modificações hereditárias podem ser obtidas e consolidadas por variações nas condições de alimentação, de conservação e de clima. Tais fatores ambientais, acarretam no organismo um deslocamento ou ruptura da constituição hereditária que os geneticistas acreditavam estável”^{lxxv}. Assim, *há um reconhecimento de que as condições ambientais, incluindo a humana, possuem uma ação determinante no comportamento do vivo*.

A discussão tem um alcance político e social na medida em que, por um lado, autoriza a ação do homem sobre o meio ambiente, mas por outro, revela que tais ações necessitam de limites.

O que queremos realçar é que a abertura do século XIX fez emergir sob o fundo móvel do tempo essa dicotomia ambiente/ser vivo. E, ao lado disso, tão importante ou talvez mais, se encontram as discussões em torno de um organismo específico: o próprio homem.

O homem se caracteriza por ser um animal que trabalha, que produz. O século XIX, com suas transformações produtivas, com seus novos ambientes construídos, de fato, passou a conceber o homem como senhor construtor do seu futuro, manipulador das forças terrestres, dentre elas, a da própria vida. Inserido cada vez mais em um modo de produção privado, lucrativo e expansionista, novos espaços e ambientes são transformados e criados, todos eles produzidos pelo homem e para o homem, num movimento quase louco, cuja tônica é a falta de planejamentos. Sua expansão predatória revela que o século XX foi o século em que o homem exerceu em limites paroxísticos sua vontade de domínio (pílula dourada sob a forma de conhecimento), sobre a natureza e sobre si próprio. Se a história natural do século XVIII e século XIX ainda acreditava na dicotomia homem/natureza, com tendência a privilegiar a natureza e o homem sendo apenas mais uma das suas criaturas, o século XX inverteu essa equação, definindo a natureza como produto do humano.

Até agora uma história natural ou ambiental existia à revelia do homem; encontrava-se no passado em direção ao futuro.

Agora, o que muda é o sentido da história. Uma história ambiental hoje é a história do tempo presente feita pelo homem atual em direção ao futuro. É por isso que não é possível pensar e construir uma história ambiental sem que a mesma seja também uma política para as relações do homem com seu ambiente.

Essa condição de indissociabilidade ambiente/política que o século XIX inaugurou e o século XX consolidou, parece ser sem retorno. Não temos dúvida que agora é o homem quem manipula/cria seu ambiente. Esse fato exige que não esqueçamos, nós, homens de conhecimento, que as questões ambientais dependem não só das nossas políticas de conhecimento, mas, principalmente, de vermos o conhecimento como a principal força política do presente.

Referências bibliográficas

- CANGUILHEM, G. *El conocimiento de la vida*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1976
- CHÂTELET, F. A História. In: *Histórias da Filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. v.7
- DE LANDA, M. *A thousand years of a non-linear history*. New York: Swerver Ed., 1997.

- FOUCAULT, M. As Palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. Lisboa: Portugalíia Ed. s/d.
- LACOSTE, Y. – A Geografia. In: CHÂTELET, F. *Histórias da Filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. v.7
- LE GOFF, J. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- MICHELET, J. *A Bíblia da humanidade: mitologias da Índia, Persia, Grécia e Egito*. 2. ed. reform. São Paulo: Ediouro, 2001. Trad. de Romualdo Sister.
- PASSOS, Eduardo - O sujeito entre o espaço e o tempo. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1993. Cadernos do ICHF, n.61.
- PESEZ, J. História da cultura material. In: LE GOFF, J. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- POMIAN, K. A história das estruturas. In LE GOFF, J. *A história nova*. SP: MARTINS FONTES, 1990.
- PRATT, M.L. *Ojos imperiales: Literatura de viajes y transculturación*. Buenos Aires: Univesidad Nacional de Quilmes, 1997.
- SERRES, M. *Filosofia mestiça: Le tiers-instruit*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- THOMAS, K. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.
- TURNER, F. O espírito ocidental contra a natureza: mitos, história e as terras selvagens. Rio de Janeiro: Campus, 1970.
- WILIAM, R. O campo e a cidade: na história e na literatura. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- WOSTER, D. Para fazer história ambiental. Estudos históricos, v. 4, n. 8, p.198-215, 1991

Notas

- ^{xxx} PRATT, M.L. *Ojos imperiales: Literatura de viajes y transculturación*. Buenos Aires: Univesidad Nacional de Quilmes, 1997.
- ^{xxxii} PRATT, op. cit, p.38.
- ^{xxxiii} PRATT, op. cit, p.51
- ^{xxxiiii} PRATT, op. cit, p.45 (Tradução nossa).
- ^{xxxv} PRATT, op. cit, p.52.
- ^{xxxvi} FOUCAULT, M. As Palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. Lisboa: Portugalíia Ed. s/d. p.171.
- ^{xxxvii} FOUCAULT, op.cit.
- ^{xxxviii} PRATT, op. cit.
- ^{xxxix} PRATT, op. cit, p.98 (Tradução nossa).
- ^{xxxix} Apenas para que o leitor tenha uma idéia do alcance da análise feita pela autora, reproduzimos algumas passagens do trabalho de PRATT (1997): “a história natural puso en acción una tarea universal y secular que, entre otras cosas, hizo de las zonas de contacto un sitio de trabajo manual y intelectual, e installó alí la distinción entre ambos”. (p. 58); “ la sistematización de la naturaleza representa no sólo un discurso europeo acerca de mundos no europeos, como ya he ecstressado, sino también un discurso urbano sobre mundos no urbanos; y un discurso burgués y culto acerca de mundos campesinos e incultos [...] Dentro de Europa la sistematización de la

natureza se produziu em um momento em que las relaciones entre los centros urbanos y una campiña estaban cambiando rapidamente”. (p.71); “la historia natural firmó una autoridad urbana, culta, masculina por sobre el resto del planeta; elaboró una comprensión racionalizante, exrtrativa, disociadora, que ocultaba las relaciones funcionales y experiencias personales entre plantas y animales. En estes aspectos, representan cierta clase de hegemonía global..”. (p.75?). Análises sensíveis e claras como estas se estendem ao longo do texto de PRATT, não apenas sobre o período indicado aqui, mas sobre as transformações do gênero narrativa de viagem, até o final do século XX.

^{xi} FOUCAULT, op.cit.

^{xii} THOMAS, K. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988, p.63.

^{xiii} Ibidem, p. 80.

^{xiiii} “O sistema lineano de nomenclatura foi introduzido na Inglaterra por James Lee em sua *Introduction to the Sicence of Botany* [Introdução à Ciência Botânica, 1760] e por Wiliiaam Hudson em seu *Flora Angelica* de 1762. A partir de 1768, foi difundido mais amplamente através da oitava e subsquente edições da obra altamente popular de Philip Miller, *Gardner’s Dictionary* [Diconário do cultivador]. (THOMAS, 1988, p.103).

^{xlv} THOMAS, K. op. cit. p. 79.

^{xlv} FOUCAULT, op.cit.

^{xlvi} FOUCAULT, op.cit, p. 175.

^{xlvii} FOUCAULT, op.cit, p. 171 (grifo nosso).

^{xlviii} CANGUILHEM, G. *El conocimiento de la vida*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1976.

^{xlix} FOUCAULT, op.cit, p.300.

^l FOUCAULT, op.cit.

^{li} FOUCAULT, op.cit.

^{lii} FOUCAULT, op.cit

^{liii} PRATT, op. cit, p.262 (Tradução nossa).

^{liv} PRATT, op. cit, p. 270) (Tradução nossa).

^{lv} FOUCAULT, op.cit, p. 477.

^{lvi} FOUCAULT, op.cit, p. 479.

^{lvii} LE GOFF, J. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 41.

^{lviii} MICHELET, apud LE GOFF, op.cit. p.41.

^{lix} GUIZOT, apud LE GOFF, op.cit. p.40.

^{lx} ibidem.

^{lxi} LE GOFF, op.cit. p.113.

^{lxii} POMIAN, K. A história das estruturas. In LE GOFF, J. *A história nova*. SP: MARTINS FONTES, 1990, p.115.

^{lxiii} POMIAN, K. op. cit, p.119.

^{lxiv} PESEZ, J. História da cultura material. In: LE GOFF, J. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 178.

^{lxv} PESEZ, op. cit, p.193.

^{lxvi} TURNER, F. O espírito ocidental contra a natureza: mitos, história e as terras selvagens. Rio de Janeiro: Campus, 1970.

^{lxvii} WOSTER, D. Para fazer história ambiental. *Estudos históricos*, v. 4, n. 8, p.198-215, 1991, p.199.

^{lxviii} Ibidem, p. 201 (grifo nosso).

^{lxix} Idem, p. 202.

^{lxx} PASSOS, Eduardo - O sujeito entre o espaço e o tempo. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1993. Cadernos do ICHF, n.61.

^{lxxi} No início do século XX encontramos as obras de Bergson realizando tais críticas ao pensamento científico. Ver particularmente o livro *Matière et Mémoire*, Paris: Presses Universitaires de France, 1939. Tradução brasileira Paulo Neves da Silva, São Paulo: Martins

Fontes, 1990.

^{lxxii} 1817, Ritter

^{lxxiii} Humboldt, com sua obra *Kosmos*, 1845,

^{lxxiv} (CANGUILHEM, op. cit.

^{lxxv} *ibidem*, p.174.